

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2021:** *Aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, por videoconferência, ao abrigo do número 3 do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, na sua atual redação, sob a Presidência de Joaquim Jorge Ferreira, Presidente do mesmo, e a participação dos seguintes Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Manuel Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva.* =====

===== Secretariou a presente reunião a Coordenadora Técnica, **Maria Augusta Silva Correia.** =====

===== O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 9h e 38m, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início ao período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: “Bom dia, começo por vos cumprimentar, espero que esteja tudo bem convosco e com as vossas famílias. Cumprimentar os colaboradores da autarquia que nos estão a acompanhar nesta reunião e naturalmente, através dos órgãos de comunicação social, a quem saúdo, cumprimentar todos os Oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Como é habitual vou dar alguma informação sobre os dados COVID no nosso concelho. Começo pelo número de casos. Temos 6 234 casos ativos, portanto, já há alguns dias que não temos nenhuma evolução significativa em termos de casos. Aliás, julgo que é o quarto, quinto, ou sexto dia até, onde temos exatamente o mesmo número de casos sem qualquer incremento, sem qualquer evolução. No país a evolução é muito semelhante, obviamente variando de concelho para concelho, mas assistimos a uma descida generalizada do número de confirmados, do número de infetados. Há um aumento progressivo do número de recuperados, uma redução substancial do número de internamentos em enfermaria e mais importante ainda, em cuidados intensivos. Naturalmente que continuamos a lamentar a perda de vidas. Já temos perto de 16 700 óbitos. Em termos do concelho, com dados de 15 de março, dados pela DGS, temos nos últimos 14 dias uma incidência cumulativa de 38 casos por 100 000 habitantes. Estamos no intervalo dos concelhos entre os 20 e os 59 casos que é o segundo nível mais baixo de risco entre os 7 níveis de risco, os 7 intervalos de classificação que estão neste momento em vigor. Em termos dos dados no nosso Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, a situação é também muito positiva quando comparada com uma situação de há alguns meses atrás, ou de há um mês e meio atrás. Neste momento temos 13 internados em enfermaria, estou a falar naturalmente de internados COVID,

*uma dessas pessoas internadas é de Oliveira de Azeméis, mas felizmente não temos no nosso Centro Hospitalar nenhuma pessoa internada em unidade de cuidados intensivos dos concelhos que o Centro Hospitalar serve, o que é uma excelente notícia. Em relação aos dados de vacinação, dar-vos nota de que, como sabem, a administração da vacina da AstraZeneca foi proibida em Portugal, para além de outros países. E como nós temos grandes quantidades de vacinas da AstraZeneca, isso criou-nos uma dificuldade. Estamos à espera que a autoridade, a Agência Europeia do Medicamento, reverta a decisão e possamos ter esta vacina que é uma vacina que está disponível em grandes quantidades. Isto significa que os centros de vacinação têm tido dificuldade em ter vacinas e portanto, estão muito longe ainda daqueles números que eram os que correspondiam à capacidade máxima instalada. Nós neste momento temos o nosso centro de vacinação a funcionar à terça e à quinta-feira, das 14:00 às 18:30 e à sexta-feira das 09:00 às 18:30. Tínhamos previsto para sábado a vacinação - com a vacina da AstraZeneca -, dos nossos professores, mas atendendo àquilo que se passou, não vai ser possível. Dizer-vos também que desde o início da campanha de vacinação e até ao dia 12 de março, temos em termos de utentes de lares, 33 vacinados com uma dose e 332 vacinados com as duas doses. Em relação aos funcionários dessas ERPI's (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas), temos com uma dose, 26 e com duas doses, 307. O que quer dizer que praticamente todos os utentes e todos os funcionários nas nossas ERPI's e estruturas similares, estarão vacinados a curtíssimo prazo com as duas doses. Em relação à vacinação de utentes e na semana de 8 a 12 de março, no concelho temos 256 pessoas com mais de 80 anos com uma dose, e entre os 50 e 65 anos com comorbilidades associadas temos 37 utentes. Com segundas doses no mesmo período foram vacinados 134 utentes com mais de 80 anos, utentes entre os 50 e os 65 anos não foi vacinado nenhum utente. Em relação ao ponto de situação nas nossas IPSS's, no que ao COVID diz respeito, não existem neste momento casos positivos nas nossas ERPI's, essa é também uma notícia muito importante, estamos naturalmente a acompanhar a situação com a mesma preocupação com a que acompanhamos quando tínhamos incidência de casos. Porque como sabemos é muito importante, apesar de – conforme vos acabei de dizer – termos praticamente as estruturas todas vacinadas com as segundas doses. É muito importante que mantenhamos este alerta, mantenhamos a nossa atenção e preocupação em relação à situação nos nossos lares. No que à educação diz respeito, dizer-vos que tivemos um regresso às aulas, e retornaram para o ensino presencial os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. Os serviços de apoio às famílias, as AAAF's e as CAF's, também estão a funcionar desde esse dia. Estamos a garantir o transporte em viaturas próprias para os alunos de escolas de referência, das unidades de apoio ao primeiro ciclo e ensino básico. A TRANSDEV também já reiniciou algumas rotas. Continuamos a ter as escolas de referência, uma escola por cada Agrupamento, para os filhos dos trabalhadores essenciais e continuam a funcionar para o segundo e terceiro ciclos e também para o secundário. Continuamos a assegurar também as refeições COVID para os filhos dos trabalhadores essenciais, para o segundo ciclo e secundário. Como sabem está previsto um plano de testagem e de vacinação que é da responsabilidade do Ministério da Educação e da DGEstE, portanto, os Agrupamentos de Escolas*

*estão a articular o processo com o Ministério da Educação. Nós já enviamos os dados de todo o pessoal não docente, conforme foi solicitado, precisamente para identificação das pessoas a quem seria administrada – esperamos que brevemente – a vacina e por outro lado também, ficarão sujeitas a um plano de testagem regular. Como sabem, também tivemos o Decreto 4/2021 que tem previsto o desconfinamento num conjunto de áreas de atividade. Portanto, sabemos que o processo se vai fazer de forma muito gradual. Nós tivemos a partir do dia 15 de março, a abertura das creches, do pré-escolar e do primeiro ciclo, dos ATL's, das CAF's e AAAF's, a abertura do comércio ao postigo, a abertura de algumas áreas de atividade, cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, comércio automóvel, mediação imobiliária, as bibliotecas, arquivos e os parques de lazer. Dar nota que quando estamos a falar de parques de lazer, não está incluída nessa abertura – é essa a nossa interpretação – os parques infantis. Portanto, perceber que os parques infantis não são possíveis de serem utilizados e depois há previsão de três datas para mais medidas de desconfinamento: 5 de abril, 19 de abril e 3 de maio. Teremos aqui em 5 de abril a abertura do segundo e terceiro ciclos, museus, monumentos, galerias de arte, lojas até 200m<sup>2</sup> e com abertura de porta para a rua. Enfim, as esplanadas com limitação do número de utilizadores das mesmas, as feiras e mercados não alimentares, porque agora os alimentares continuam a funcionar, as modalidades desportivas de baixo risco e a atividade física ao ar livre. Enfim, um conjunto de áreas que vão sendo progressivamente desconfinadas. Dar-vos também nota que neste momento, a única ADR (Área dedicada para Doentes Respiratórios) em funcionamento durante a semana é a de Oliveira de Azeméis e portanto, tomou-se esta medida porque efetivamente não faz sentido manter as três ADR's em funcionamento dada a redução substancial do número de casos. Em termos de situação COVID no nosso concelho, muito haveria para dizer, mas tenho aqui transmitido as informações que considero essenciais. Tenho aqui mais algumas notas e informações para vos dar: Uma delas é que o concurso para requalificação da zona industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba-Ul ficou deserto, não tivemos nenhum concorrente interessado em fazer a obra pelo preço a que a obra foi a concurso. Dizer-vos também que a requalificação da antiga Escola Bento Carqueja (Escola de Arte e Ofícios), onde funcionou durante alguns anos a Escola Superior de Enfermagem, vai iniciar a sua requalificação no início do próximo mês, em princípio no próximo dia 5 de abril. Dar-vos nota que a Ponte dos Moinhos em S. Roque (a ligação entre S. Roque e S. João da Madeira) em princípio será inaugurada na segunda-feira. Portanto, faço o convite para que os Senhores Vereadores do PSD indiquem um Vereador ou colega em sua representação para não termos ali desnecessariamente um conjunto muito grande de pessoas. Vai ser um ato muito simples, onde vamos procurar restringir ao máximo o número de participantes. Dar-vos também a informação, mas esta vai carecer de confirmação porque não depende de nós, depende do Ministério da Administração Interna. Há vontade por parte do Ministério da Administração Interna de proceder à inauguração do Posto da GNR de Cucujães de sexta-feira a oito dias. Esta data não é uma data que eu tenha ainda confirmada, é uma data que ainda carece de confirmação durante a próxima semana, mas eu depois transmito-vos essa informação caso ela me chegue em tempo útil. Dizer-vos também que tenho dois votos de*

*parabéns: Um à atleta do NAC, a Eva Gonçalves que nos tem presenteado com um conjunto de grandes marcas e um conjunto de grandes resultados nas provas em que vem participando. Bateu o seu recorde pessoal no Campeonato Nacional de Lançamentos. Portanto, demonstra mais uma vez, o seu valor e o seu potencial. Em nome do executivo apresentar os parabéns à atleta, mas também ao seu treinador, o Paulo Soares e aos dirigentes do NAC por continuarem a apostar, continuarem a trabalhar na formação de talentos, na formação de talentos com competência, talentos vencedores, nesta área concretamente do desporto. Dar também os parabéns não numa área desportiva, mas numa área que é igualmente importante e que é mais ligada à cultura, mais ligada à literatura, a uma estudante da Escola Secundária Ferreira de Castro que recebeu uma menção honrosa no Prémio Nacional de Literatura Juvenil Ferreira de Castro no escalão B. É sempre importante, estamos na 39ª edição deste prémio e é sempre importante assinalar o talento em outras dimensões, porque efetivamente nós temos um conjunto de jovens de grande valor nos mais variados domínios e portanto, temos aqui dois bons exemplos, um no domínio da cultura, outro no domínio do desporto, ambos do sexo feminino que são motivo de orgulho para todos nós. Eram basicamente estas as informações que eu tinha para vos dar no Período Antes da Ordem do Dia. Agora abro a possibilidade de cada um intervir e apresentar as questões que entendam por convenientes.”* =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** que fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos. Espero que se encontrem todos bem e de alguma forma saúdo os dados positivos em relação à evolução da doença no nosso concelho. Todos ficamos satisfeitos, esperemos que seja uma tendência para continuar. Lamentamos apenas a situação com a vacinação, uma situação que nos transcende a todos, mas que efetivamente levou ao adiamento, ou pelo menos ao cancelamento da vacinação que já estava prevista para os próximos dias e isso não é positivo. Esperemos que esta situação se clarifique rapidamente e retomemos novamente a vacinação da população, porque creio que só assim é que estaremos todos mais protegidos. No entanto, espero que esta tendência da descida de casos, da ausência em muito dos dias em Oliveira de Azeméis, seja para manter. Senhor Presidente: Aflorou a questão do regresso à escola, do regresso para já do pré-escolar e do primeiro ciclo, mas de acordo com o plano de desconfinamento progressivo, sabemos que durante o mês de abril vão regressar também os outros níveis de ensino. O que gostaríamos de perguntar e de saber, é como está a ser preparado esse regresso, nomeadamente no que diz respeito aos transportes escolares que efetivamente têm uma grande contingência porque existem regras específicas para esse transporte. Sabemos que nem tudo correu bem no início do ano letivo, se está previsto algum reforço das carreiras, se estão previstas algumas medidas para minimizar esses problemas para que as crianças circulem com segurança. E gostaria também de perguntar a propósito disso, pela nossa Comissão Municipal de Transportes. Se tem reunido e para quando está previsto reunir, porque creio que era importante também auscultar todos os players deste setor para que este processo corra bem. É isso que todos desejamos. Também em relação ao regresso às aulas*

*normais, eu volto a perguntar como é que vai processar-se as aulas de educação física dos alunos da Escola Soares Basto. Para onde é que os alunos vão? O Senhor Presidente já tinha avançado que iriam para o Pavilhão Municipal praticar as aulas. E eu pergunto como é que isso está a ser preparado e coordenado com a escola; como é que os alunos vão sair da escola; quem é que assegura o transporte dos alunos e a segurança durante o percurso; se o seguro escolar cobre a situação das aulas no pavilhão e a deslocação para o mesmo; como é que todos esses pormenores estão a ser equacionados; e como é que isso vai ser resolvido para que os alunos não fiquem privados desta componente letiva essencial e sobretudo os alunos que têm – sabemos que na Escola Soares Basto há turmas de desporto – e portanto, essas turmas terão mais necessidade das suas aulas, porque são aulas do curso que escolheram. Como é que isso está a ser programado. Senhor Presidente, outra pergunta que gostaríamos de fazer prende-se com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Muito se tem falado, o prazo para a apresentação de propostas, portanto, a consulta pública terminou no dia 1 de março... Nós gostaríamos de saber se o Senhor Presidente analisou o plano. Com certeza que terá analisado. Se Oliveira de Azeméis está contemplada em algum destes grandes investimentos que aí vêm e se a Câmara Municipal apresentou sugestões neste período de consulta pública para chamar a atenção do Governo para a necessidade de olhar também para esta região, para esta área, porque da análise que nós fizemos, não vemos nada de concreto para Oliveira de Azeméis e para a nossa zona. Algumas obras pontuais para o distrito de Aveiro, mas em concreto para nós, não vimos nada... Portanto, perguntamos ao Senhor Presidente se no período de consulta pública a Câmara Municipal fez reclamações e sugestões para a inclusão neste plano. Depois Senhor Presidente, nós temos um requerimento para apresentar que eu poderei enviar ao Senhor Presidente, ainda durante esta reunião, uma vez que agora não estamos presencialmente e não podemos entregá-lo em papel.... Recentemente foi elaborado e entregue pela Área Metropolitana do Porto (AMP) um estudo/relatório ao Governo, com uma recomendação para expansão do Metro do Porto. São mais de sete novas linhas, mais trinta e seis novas estações para a Maia, São Mamede em Matosinhos, para Gondomar, para a Trofa, para Gaia, Foz e Casa da Música. Uma dessas linhas, ficamos agora a saber, implicará a construção de mais uma ponte sobre o Rio Douro que será financiada por este PRR. Mais recentemente ainda, creio que na semana passada, ou há quinze dias, vimos com algum espanto, mas sem surpresa, de mais uma avaria na linha do Vouga seguida de um descarrilamento na zona de Ul. A causa provável e apresentada para o descarrilamento do comboio é a má conservação dos carris que também já não é novidade para nós e a avaria da automotora provavelmente pela sua idade e falta de manutenção. Estas duas notícias recentes estão interligadas e porquê? Por um lado, nós fazemos parte da AMP, somos o extremo sul da AMP, vemos milhões e milhões de investimentos não só do PRR, mas de outros planos e de outras prioridades, investimentos esses todos para a área norte da AMP. Não estamos contra esses investimentos, são bem-vindos. O que a nós nos custa aceitar, é que a zona sul da AMP – onde nós somos o extremo sul – esteja completamente esquecida nestes investimentos. Ou seja, nós não temos uma ligação, a única ligação ferroviária que nós temos é a Linha do Vouga, tem um*

*investimento prometido no Plano Nacional de Investimentos (PNI) que deveria começar este ano e que nós ainda não vemos rigorosamente nada para requalificar essa linha. Sabemos que o Município de S. João da Madeira criou um grupo de trabalho para acompanhamento desta situação, que nós achamos que é positivo. No entanto, entendemos que a Linha do Vouga é fundamental para Oliveira de Azeméis e para a mobilidade dos Oliveirenses, para a nossa ligação à AMP à qual pertencemos e deve ser considerada um desígnio estratégico não só de Oliveira de Azeméis, mas sobretudo da região a que pertencemos, que inclui os concelhos que são servidos por esta linha – Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Espinho. Portanto, entendemos que cada um destes concelhos terá que fazer o seu papel. Achamos bem, e achamos bem que S. João da Madeira também esteja a fazer o seu papel e Santa Maria da Feira também está a fazer o seu. Mas o que entendemos, é que devia haver uma concertação de esforços destes quatro municípios para efetivamente reclamarem e exigirem não só junto do Governo, mas também junto da AMP mais atenção e mais valorização deste território. Por isso, nós preocupados com esta situação, estamos convencidos que esta questão deve ser tratada a nível supra concelhio e portanto, nós queríamos requerer ao Senhor Presidente que junto da Associação de Municípios Terras de Santa Maria (AMTSM), propusesse a criação de um grupo de trabalho, grupo esse composto por representantes eleitos pelos diversos Municípios que poderão integrar o Executivo Camarário e também a Assembleia Municipal com representação dos vários partidos, com o objetivo de se dedicar e acompanhar a situação da Linha do Vouga e monitorizar também este processo de requalificação previsto no PNI cujo inicio estaria previsto para 2021, mas já estamos em março e até agora ainda não vemos nada no terreno... Portanto, a nossa sugestão é essa, é que Oliveira de Azeméis, na pessoa do Senhor Presidente, proponha a criação deste grupo de trabalho, sugira a concertação de esforços para que de facto a Linha do Vouga não continue esquecida, não continue afastada destes investimentos na AMP e não estejamos cada vez mais afastados do resto desta Área Metropolitana a que pertencemos porque efetivamente somos um território importante e que deve ser valorizado. Portanto, é essa a proposta que fazemos.” =====*

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador José Campos** que fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente: Eu gostaria de tentarmos fazer aqui um ponto de situação e voltar a pedir-lhe resposta ao requerimento que fizemos, por e-mail, no dia 22 de fevereiro, na sequência da reunião de Câmara do dia 18 de fevereiro, que tinha a ver com a medida de promoção do comércio tradicional 2020, nomeadamente a atribuição de vales de desconto mediante o registo gratuito na aplicação mobile (iParque) de estacionamento. Na altura fizemos esse requerimento para percebermos a taxa de execução desta medida, nomeadamente, quantos registos tinham sido feitos na aplicação, quantos vales é que foram efetivamente entregues, qual o montante de descontos concedidos no estacionamento com esta medida e até agora não nos foi respondido. Era para fazer o ponto de situação consigo e depois se pudesse responder, para podermos perceber o alcance desta medida. Aproveito também e a este propósito, e tendo em conta que estamos numa fase, mesmo que gradual*

*e a conta-gotas, de desconfinamento, o nosso comércio está a abrir. Nós fizemos um conjunto de propostas no final de dezembro de apoio ao comércio local que deveriam ser regulamentadas. Isto foi no final de dezembro, até hoje ainda não veio nada a reunião de Câmara e achamos e fazemos votos que venha rapidamente porque o comércio local seguramente precisa deste apoio, Senhor Presidente.”* =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito:*  
*“Muito bem, vamos dar resposta às questões que foram colocadas. Em relação à intervenção da Dra. Carla: Aquilo que esperamos é que apesar desta fragilidade, desta dificuldade que nos foi trazida com a proibição da administração, ou pelo menos a suspensão da administração da vacina da AstraZeneca, seja levantada rapidamente e tenhamos a possibilidade de continuarmos focados naquele grande objetivo nacional de termos 70% da nossa população vacinada até finais de agosto, onde naturalmente esperamos também ter 70% da população Oliveirense vacinada até esse período. Em relação ao regresso às aulas que estará previsto para o dia 5 e 19 de abril, para os restantes ciclos de ensino que não se iniciaram, os transportes escolares vão ser assegurados pelo contrato que temos em vigor e portanto, estarão assegurados todos os transportes como habitualmente estão para todas as nossas crianças. E naturalmente que estarão assegurados com todas as condições de segurança porque cabe ao operador assegurar todas essas condições. Em relação à Comissão Municipal de Transportes: Não existe Comissão Municipal de Transportes no concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto, não tem reunido porque não existe. Em relação ao Pavilhão Municipal e às aulas de educação física dos alunos da Escola Soares Basto, cujo pavilhão está a ser utilizado para o nosso centro de vacinação, aquilo que vamos fazer é naturalmente assegurar a prática desportiva, essas aulas de educação física no Pavilhão Municipal que, como sabemos, está disponível durante o período do dia e só no final do dia é que é utilizado por associações desportivas para treinos e competição. Vamos assegurar essas aulas de educação física. Em princípio o transporte vai ser feito a pé, não vamos assegurar nenhum meio de transporte especial dada a proximidade das instalações. Estaremos a falar de menos de 100 metros e claro que todas as crianças terão o seguro e serão criadas todas as condições para que possam em segurança, fazer esse percurso e naturalmente serão monitorizadas por responsáveis, pelo corpo não docente e pelo corpo docente da nossa escola. Em relação ao PRR: Dizer-lhe que o PRR tem um conjunto de áreas, áreas muito importantes e estamos a falar de áreas que algumas delas apenas têm uma dotação genérica. Portanto, temos uma componente de resiliência, mas também temos a transição climática, digital, com um conjunto de áreas que serão depois alvo de densificação. Portanto, há várias componentes no plano, a Senhora Dra. Carla Rodrigues referiu-se apenas à componente das infraestruturas e portanto, olhou para essa componente e disse que não via o município de Oliveira de Azeméis, ou até nenhum município da região porque nenhum município da AMTSM tem verba contemplada neste tipo de respostas, mas efetivamente existem também mesmo dentro da componente de infraestruturas dimensões onde nós podemos apresentar candidaturas e temos seguramente possibilidade de vermos essas*

*candidaturas apoiadas. Mas temos muitas coisas no PRR no domínio da habitação, das respostas sociais, da iluminação, das bolsas de pobreza, na gestão hídrica, nas florestas.... Enfim, muitas áreas onde podemos apresentar e também na área de investimento e inovação, onde poderemos apresentar candidaturas e depois temos todas as outras dimensões que têm recursos muito substanciais na ordem dos 2,5 mil milhões de euros, como são a transição climática e a transição digital. Portanto, nestas dimensões temos a mobilidade sustentável, temos a eficiência energética nos edifícios, temos a escola digital. Enfim, um conjunto de componentes onde estaremos preparados para apresentar os projetos que forem necessários. Pergunta-me se a Câmara Municipal apresentou projetos para o PRR: Claro que a Câmara Municipal apresentou projetos, apresentou dezenas de milhões de euros de projetos e apresentou-os em várias áreas. Apresentou a título individual e apresentou também integrado na AMTSM e também na própria AMP. Portanto, tivemos, a título de indicação, por exemplo a ligação da A32 à EN224 que estimamos em mais de 20 milhões de euros, o acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro é outra dimensão, a 'Fábrica do Futuro' um projeto de 50 milhões de euros, apresentamos também a ligação da Variante de Chão d'Ave a Carregosa que é um projeto que está a ser desenvolvido pela AMTSM e estamos a falar de um investimento de cerca de 12 milhões de euros. Apresentamos a dimensão da água e do saneamento onde temos necessidades na ordem dos 50 milhões de euros, apresentamos também a ligação da EN326 em Fajões, uma obra de muito menor investimento. Portanto, apresentamos um conjunto vasto de investimentos de muitas dezenas de milhões de euros. Não será seguramente por falta de projetos que Oliveira de Azeméis não será contemplada com as verbas que forem disponibilizadas. Temos esses projetos apresentados, vamos aguardar que eles sejam contemplados, ou que alguns deles sejam apoiados. Em relação ao requerimento que vão apresentar, vamos esperar pela sua apresentação. Como sabe, temos um investimento já previsto precisamente para criar condições de segurança na Linha do Vale do Vouga. Estamos a falar de um investimento de 2,6 milhões de euros. Portanto, dizer-lhe que as sugestões que apresentou de um trabalho feito em concertação de esforços entre os municípios, é isso que estamos a fazer desde o primeiro dia e é o resultado desse trabalho que acaba precisamente por permitir que a Linha do Vale do Vouga hoje faça parte da agenda política nacional e este problema com varias décadas, veja agora uma luz ao fundo do túnel com a sua inscrição no PNI e com o Ministro a dizer publicamente que esta obra precisa de 100 milhões de euros para a sua requalificação entre Aveiro e Espinho. É um facto que a AMTSM aquilo que fez foi pagar, foi custear um projeto de execução para a sua requalificação entre Oliveira de Azeméis e Espinho. O Senhor Ministro entendeu estender a sua requalificação a todo o troço. Naturalmente, tem toda a legitimidade para o fazer, mas aquilo que estamos a fazer é há muito tempo, a trabalhar este assunto num quadro completo de cooperação e concertação. Oliveira de Azeméis, à semelhança de S. João da Madeira e à semelhança de Santa Maria da Feira, está a fazer também o seu trabalho, mas esta é uma estrutura de interesse regional, é uma estrutura que não resulta do trabalho de cada um dos municípios. Resulta do trabalho em concertação de todos os municípios. Se quisermos ter sucesso na concretização desta ideia e desta vontade coletiva, temos que fazer*

*um trabalho articulado, um trabalho concertado. O trabalho de 'per si' e feito por cada um dos municípios, é um trabalho que não faz sentido, não é isso que temos decidido no quadro de AMTSM. Aliás, poderá até em alguns casos prejudicar o trabalho concertado que estamos a fazer e colidir até com o desenvolvimento desse trabalho. Portanto, não é essa a decisão que nós tomamos e olhando até para o exemplo que citou, e bem, dos sucessivos investimentos na linha do Metro do Porto, aliás estes investimentos que estão a ser feitos e foram agora anunciados pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, permitirão retirar 27 000 viaturas deste núcleo central da AMP, mas dizer-lhe que estes investimentos da linha do metro, resultam de uma concertação dos municípios, sobretudo dos municípios STCP. Portanto, é isso que nós temos que fazer também aqui no quadro de atuação na AMTSM. Não me parece que seja efetivamente oportuno a criação de um grupo de trabalho para acompanhar este processo. Porque o grupo de trabalho existe e o grupo de trabalho chama-se seis Presidentes – se quiser –, há dois que não estão diretamente interessados porque os seus concelhos não são atravessados pela Linha do Vale do Vouga, mas percebem a importância desta resposta de mobilidade para esta zona sul da AMP. Portanto, esse é um trabalho que está a ser feito desde o meu primeiro dia, enquanto Presidente de Câmara e do Conselho Diretivo de Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, um trabalho que está ser continuado pelo meu sucessor, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira. É um trabalho que tem produzido resultados, tem havido inúmeras reuniões quer com a Tutela, quer com os responsáveis da REFER, Infraestruturas de Portugal (IP). Digamos que foi esse trabalho que permitiu sinalizar a importância da requalificação da Linha do Vale do Vouga que, como sabem, num dado momento chegou até a ser equacionado o seu encerramento porque a exploração e gestão da linha não é rentável. Vamos fazer esse trabalho. Eu vou aguardar com expectativa esse requerimento, mas efetivamente o que tem acontecido e por isso é que nós conseguimos que este assunto fosse inscrito no Plano Nacional de Investimentos e esteja no radar de investimentos da IP, foi precisamente este trabalho de concertação de esforço, este trabalho de comunhão de interesses que desde o primeiro dia tem existido entre estes seis Presidentes da AMTSM. Estamos convictos, independentemente dos atrasos no início destas coisas... Nós sabemos que os investimentos muito grandes têm sempre atrasos e veja-se o que se está a passar, por exemplo, com o novo Aeroporto de Lisboa. Há décadas que falamos nesse novo aeroporto e já foram gastos muitos milhões de euros em estudos que, enfim, não têm sido se calhar aproveitados, ou não serão aproveitados. Aquilo que estamos a fazer, é a trabalhar todos os dias. Este é um tema de discussão em todas as reuniões do Conselho Diretivo de AMTSM. Portanto, aquilo que estamos à espera e neste momento temos um passo significativo já dado no sentido de desenvolvermos o projeto de execução, o projeto de impacto ambiental, o estudo de procura com a IP. Portanto, está tudo articulado. Vai começar a ser feito seguramente nos próximos meses e teremos o projeto de execução disponível com esta componente e sinceramente aí reconheço que não tenho muita informação com esta componente do troço entre Aveiro e Oliveira de Azeméis que temo possa prejudicar o processo. Porque temos o projeto de execução concluído no troço Oliveira de Azeméis-Espinho, fizemos esse trabalho, tivemos essa*

*proatividade, mas desconhecemos o ponto de situação, mas aquilo que sabemos é que não existe projeto de execução para o troço entre Aveiro e Oliveira de Azeméis. Estamos atentos e naturalmente não vamos querer que essa particularidade prejudique o trabalho atempado que foi feito por estes seis Presidentes de Câmara. Em relação à intervenção do Senhor Vereador José Campos: Esta resposta ao requerimento de 22 de fevereiro, julgo que essa resposta já me foi dada, mas não quero aqui cometer nenhum erro. Eu é que não tive oportunidade ainda de a analisar... Mas julgo que já tenho essa resposta para vos dar, estou a falar em relação às medidas de apoio ao comércio tradicional, naquilo que ao estacionamento diz respeito. Em relação às outras medidas de apoio, estamos a ultimar todos os critérios que têm que estar subjacentes e a articular a aplicação dessas medidas. Julgo que estaremos em condições de muito rapidamente disponibilizarmos todas as verbas que aprovamos para que elas possam chegar a quem delas precisa. Não sei se o Senhor Vereador Hélder Simões quer dizer alguma coisa sobre o estacionamento.”* **Senhor Vereador Hélder Simões:** “Antes de mais, muito bom dia a todos. Efetivamente, os serviços já compilaram a informação que foi solicitada. Portanto, ela já foi remetida para o Gabinete da Presidência e espero que muito brevemente possa ser disponibilizada a todos os Vereadores do executivo, não teremos qualquer problema nessa disponibilização de informação. Obviamente que foi uma campanha que é difícil de mensurar, a partir do momento em que uma das componentes previa a isenção de 50% dos lugares de estacionamento, é difícil quantificar quantas pessoas é que beneficiaram dessa isenção. Mas podemos e determinamos qual foi a perda da receita que o município teve com base nos dados de 2019. No que diz respeito à questão do comércio tradicional eu estou convencido que na próxima reunião de Câmara teremos condições para aprovar aqui as novas normas de uma campanha que se prevê que tenha a duração de três meses. Obviamente que não pressionamos muito esta sua aprovação e execução, porque estávamos num período de confinamento em que o próprio comércio local também o estava e se a estivéssemos a aplicar, estaria a conta-gotas e portanto não faria muito sentido. Mas estou convencido que no dia 1 de abril teremos essa proposta aqui em reunião de Câmara. Temos até reunido com a Associação Comercial para afinar alguns dos itens dessa campanha.” **Senhor Presidente:** “Era isso que eu ia dizer. Temos tido esse trabalho articulado, portanto, está tudo desenhado, já sabemos o que vamos e como vamos fazer. Portanto, teremos condições de muito rapidamente apresentar esse trabalho de articulação ao executivo e depois o que importa é que elas passem para o terreno.” =====

===== **O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Relativamente a algumas das questões que foram aqui abordadas, eu só pedia alguma concretização de alguns esclarecimentos que pretendo. Como é que o Senhor Presidente, na qualidade de Chefe ou Coordenador da Proteção Civil Municipal, consegue controlar a execução da vacinação à população concelhia, aos municípios Oliveirenses? Eu estou a dizer-lhe isto pelo seguinte: Tenho conhecimento que existe um idoso de 90 anos do Pinheiro da Bemposta que ainda não foi vacinado, nem recebeu nenhuma

chamada para ser vacinado. Quando acontece um caso destes, num grupo prioritário, a quem é que os municípios de Oliveira de Azeméis se podem dirigir para reclamar essa chamada e demonstrar que estão num lote prioritário e que ainda não foi chamado para a vacinação? Depois também queria perguntar relativamente à vacinação se, por exemplo, este lote da AstraZeneca, ou estas vacinas da AstraZeneca cuja ministração foi suspensa, se existem em Oliveira de Azeméis mas não são dadas as vacinas porque estão suspensas, ou se nem sequer existem em Oliveira de Azeméis essas vacinas. Relativamente ao Pavilhão Municipal e depois da questão da Dra. Carla quanto às aulas de educação física dos alunos da Escola Soares Basto, queria perguntar se o pavilhão já está em condições de receber os alunos porque ainda há pouco tempo, quando falei do porquê do Futsal Clube de Azeméis estar a jogar em Vale de Cambra, o Senhor Presidente disse-me que existiam problemas com o piso do Pavilhão Municipal e era para saber só se esses problemas já estão resolvidos. Porque se o Futsal não pode jogar lá por essa razão, certamente que os alunos da Soares Basto também não poderão praticar, ou ter aulas de educação física porque o pavilhão também não terá condições para isso. A terceira questão é a seguinte: Nós temos vindo a alertar, já há algum tempo, para os riscos de segurança e de atropelamento dos trabalhadores e utentes da zona industrial de Oliveira de Azeméis. Já há algum tempo que pedimos a pintura da passadeira, nomeadamente, a passadeira em frente à Simoldes Plásticos e o Senhor Presidente justificou a não intervenção ou a não execução da pintura, devido ao facto da mesma estar incluída nesta obra de requalificação que foi lançada a concurso, cujo concurso de acordo com informação do Senhor Presidente, ficou deserto. Eu apelava Senhor Presidente, provisoriamente, porque isto vai demorar o seu tempo - o lançamento do novo concurso -, para a Câmara Municipal fazer alguma intervenção principalmente na pintura desta passadeira e todas as outras que têm pouca visibilidade nesta rua e nesta zona industrial. Obrigado.” =====

===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Rui Luzes Cabral** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todas e a todos. É só para acrescentar algumas explicações ao que o Presidente referiu relativamente às aulas de educação física, dizendo que o complexo desportivo da Escola Soares Basto, não se resume àquele pavilhão onde está a decorrer agora a vacinação. Tem uma sala grande de ginástica na parte de cima desse pavilhão, tem salas para os cursos profissionais de desporto, tem três ou quatro campos no exterior que também são utilizados para as aulas de educação física e portanto, o que estamos a utilizar é só o pavilhão da antiga Escola Preparatória Bento Carqueja e a mudança só da necessidade da utilização desse pavilhão. Utilizando o Pavilhão Municipal, vai cumprir e vai ser feita da mesma forma como já foi feito há uns anos, quando ocorreram obras no parque escolar e os alunos tiveram que usar o Pavilhão Municipal. É um edifício praticamente ao lado um do outro, como disse o Senhor Presidente, e vamos seguir os mesmos procedimentos. Não houve nenhum problema no passado, esperamos que não exista agora neste período. Também será, em princípio, um período relativamente curto.” =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Dando um novo ciclo de respostas: Nós não temos apenas um utente com mais de 80 anos por vacinar. Temos ainda vários utentes... Eu conheço vários exemplos que me vão fazendo chegar de utentes com 85/90 anos que ainda estão por vacinar. Isto tem a ver essencialmente com o quê? Por um lado, com os critérios que foram estabelecidos para a vacinação e portanto, esses critérios são da DGS e que o ACES naturalmente segue. Aquilo que acontece quando temos algum desses casos - esse utente ou um familiar pode entrar em contacto com o ACES ou com a Câmara Municipal- se o fizer com o ACES, é preferível porque naturalmente está a falar com a entidade que tem a possibilidade até de, imediatamente - caso haja disponibilidade -, programar o agendamento da vacina. Portanto, é esse o pedido que nós fazemos aos utentes que se encontrem nessas circunstâncias. Pode haver dificuldade de contacto, pode ter havido até um lapso na lista ou um esquecimento, convém que esses utentes comuniquem essa situação seja à Câmara Municipal, seja ao ACES para que sejam contactados e recebam a vacina. A AstraZeneca: A vacina existe, por isso é que eu vos disse que estava prevista a administração de vacinas aos professores no próximo sábado. As vacinas existem, o que não existe é a autorização para as administrar. Portanto, esse é um constrangimento complicado, o país tem neste momento muitas vacinas da AstraZeneca e está com essa limitação. Em relação ao piso do Pavilhão Municipal, eu não tenho essa informação para lhe dar, mas o Senhor Vereador de forma mais habilitada do que eu, poderá fazê-lo. Em relação aos riscos para a segurança dos trabalhadores e não só dos trabalhadores, das pessoas que utilizam as passadeiras da zona industrial, não estou preocupado apenas com essa passadeira. A generalidade das passadeiras da zona industrial de Oliveira de Azeméis estão em mau estado. Estão em muito mau estado. Claro que há algumas mais do que outras, é natural, porque há mais intensidade de tráfego numa ou noutra rua, mas o que é facto é que estão todas em mau estado. Nós vamos provisoriamente proceder ao avivamento, digamos, dessas passadeiras sendo certo que como sabe, aquilo que fazemos que é pintura das passadeiras a frio – é isso que os nossos serviços fazem – não é a melhor solução para a durabilidade das marcas nas passadeiras e portanto, não era isso que estava previsto no concurso que foi lançado e ficou deserto. Para além disso, estava previsto um conjunto de sinaléticas led que permitia alertar para presença noturna das passadeiras, mas vamos fazer esse trabalho provisório porque naturalmente não sabíamos que o concurso estava deserto e esperávamos que ele não ficasse deserto. Nessa perspetiva e não sendo uma obra que necessita de visto de Tribunal de Contas, tínhamos a perspetiva de que ela entrasse muito rapidamente em obra. Não foi isso que aconteceu. Por isso faz todo o sentido que nós preventivamente e provisoriamente, façamos esse avivamento. Eu agora daria a palavra ao Senhor Vereador Hélder Simões para falar sobre o pavilhão.”

**Senhor Vereador Hélder Simões:** “Bom dia novamente. Sobre a questão do pavilhão e do funcionamento dele: No pico do inverno tem, ou teve, nos últimos anos alguns problemas de piso. Neste momento essa situação não se verifica. Foi efetuado um dreno exterior que permitiu debelar provisoriamente a situação, mas ainda esta quarta-feira estive no pavilhão com empresas especializadas para reparação de piso. Estamos a fazer uma análise técnica para ver se no

*próximo inverno não temos o problema que subsistiu durante este último inverno. Neste momento existem condições para a prática desportiva e portanto, esperemos que no próximo inverno não tenhamos o problema que subsistiu no passado.”* =====

*===== O Senhor Presidente voltou a conceder o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, obrigada. Deixe-me só esclarecer, porque o Senhor Presidente respondeu que não existe uma Comissão Municipal de Transportes e eu provavelmente não me expliquei bem. Existe e sempre existiu uma comissão de transportes no âmbito do Conselho Municipal de Educação e era disso que estávamos a falar. Estávamos a falar dos transportes escolares e eu provavelmente não me expliquei bem. Portanto, o Conselho Municipal de Educação – que também aproveito para perguntar se tem reunido – tinha no seu seio uma comissão de transportes que era integrada... nomeadamente havia uma pessoa do município da área da educação que integrava essa comissão – uma funcionária, e também integrava essa comissão, a Federação das Associações de Pais de Oliveira de Azeméis, entre outras entidades. E essa comissão reunia com regularidade, inclusive elaborava uma proposta que era – até maio, creio eu – depois aprovada, uma proposta precisamente para a realização dos transportes escolares que era depois aprovada em reunião de Câmara. Portanto, era a esta comissão que eu me referia e que efetivamente não tem reunido e eu pergunto se, face a tudo isto que estamos a viver e que não é uma situação normal, se não seria prudente e até avisado que esta comissão reunisse, que se ouvisse os pais e outras entidades sobre a forma como melhor executar os transportes escolares a bem de toda a comunidade escolar. Pronto, feito este esclarecimento, deixe-me só dizer Senhor Presidente, em relação às propostas apresentadas pelo município para o PRR, gostaríamos de perguntar se podíamos ter um elenco dessas propostas. O Senhor Presidente falou aqui de várias que são pertinentes e oportunas, inclusive faziam parte também das nossas ideias de que efetivamente deveriam ser pedidas e pedia-lhe se nos poderia fazer chegar essas propostas que o município fez. Em relação à Linha do Vouga: Eu apresentei o requerimento, ainda não entregamos, mas o Senhor Presidente já disse que acha que não é oportuno a criação deste grupo de trabalho no seio da AMTSM. É óbvio que os Presidentes destes municípios estão atentos a esta situação, nós sabemos, mas como estão atentos e têm que estar atentos a um sem-número de outras situações. Portanto, se o Senhor Presidente acha que este aspeto em concreto da Linha do Vouga não merece um trabalho específico e dedicado, nós aí discordamos. Achamos que merece um trabalho específico e dedicado, trabalho esse que os Presidentes de Câmara, obviamente com todos os outros assuntos e com as suas autarquias para gerir – isso admitimos –, não têm capacidade da dedicação que este assunto merece, da dedicação de tempo e disponibilidade de estudo e acompanhamento. É nesse sentido que nós apresentamos esta proposta. Nós sabemos que os Presidentes de Câmara são sempre os responsáveis máximos de todos estes processos. Agora, se os Presidentes de Câmara entendem que não precisam do auxílio dos outros eleitos e de outras pessoas para defender o interesse dos seus territórios, bom, estamos conversados. Nós discordamos plenamente. Portanto, entendemos e vamos apresentar já*

*com a resposta do Senhor Presidente que acha que não é oportuno. Nós achamos como o Senhor Presidente disse e bem, que isto é um projeto que não é local, que é um projeto regional, interconcelhio. Foi precisamente isso que nós dissemos e portanto, entendemos que deve ser criado este grupo porque não obstante todos os investimentos que o Senhor Presidente já falou e que nós já sabemos que estão previstos, não saíram ainda do papel. O investimento do PNI estava previsto começar em 2021. Estamos em março de 2021 e ainda não começou. Ou seja, se isto efetivamente não merece uma atenção especial, não sei o que é que pode merecer. Acrescentando a isto, o facto de nós termos neste momento não só o Ministro das Infraestruturas, como até o Presidente da CP que são da nossa região – não quero com isto dizer que eles vão beneficiar a nossa região de alguma maneira, de forma alguma – agora, eles têm é um conhecimento concreto, um conhecimento específico e privilegiado da importância desta linha para esta região. Portanto, acho que merecemos por parte dessas entidades uma atenção porque efetivamente eles mais do que ninguém conhecem a importância deste projeto. Se nós não avançamos, se nós não pressionamos, se não fazemos alguma coisa neste momento em que as circunstâncias nos parecem favoráveis, então podemos perder aqui uma oportunidade que nós entendemos que é importante para toda esta região. Portanto, vamos manter e apresentar o requerimento e esperemos que o Senhor Presidente analise e faça essa proposta porque efetivamente achamos que os Presidentes de Câmara sozinhos não poderão dar a atenção específica que este assunto deveria merecer.”*

**Senhor Presidente:** *“Percebido o que é a Comissão Municipal de Transportes, estamos a falar de um conjunto de pessoas e de entidades que fazem parte do Conselho Municipal de Educação e era nessa perspetiva que a Dra. Carla estava a questionar se efetivamente tinham existido reuniões. O Senhor Vereador vai responder em relação a essa questão da reunião do Conselho Municipal de Educação. Naturalmente tem havido reuniões do Conselho Municipal de Educação e naturalmente que as respostas dos transportes são articuladas todos os anos pela nossa Divisão de Educação, o que tem permitido que os transportes funcionem sem grandes sobressaltos e com toda a naturalidade e normalidade. Dra. Carla, eu acho que não coloquei em causa a apresentação do requerimento, tem toda a legitimidade para o apresentar, mas eu tenho toda a legitimidade para dizer o que entendo. Porquê? Porque tenho um conhecimento profundo deste dossier e trabalho nele há vários anos, tenho tido um empenhamento permanente e tenho procurado influenciar não só os meus colegas da AMP, porque os meus colegas da AMTSM não precisam naturalmente de serem sensibilizados para este problema. Mas como compreende, na própria AMP, sobretudo para os municípios que são servidos pelo Metro do Porto e por outras respostas de transportes coletivos, a sua atenção recai naturalmente sobre o Metro. Este é um trabalho muito importante. E é um trabalho que tem sido feito, mas tem sido feito pelos Presidentes de Câmara porque nós não podemos reduzir a equipa que está a trabalhar neste processo aos Presidentes de Câmara... São os Presidentes de Câmara, são os Vereadores das Câmaras Municipais, são os serviços das Câmaras Municipais, a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto – não nos esqueçamos que temos essa entidade – e é o Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto a quem nós encomendamos esse trabalho.*

*Esse trabalho está a ser acompanhado por um lado, de uma forma multidisciplinar e por outro lado, de uma forma permanente. Portanto, não se trata de nós não pressionarmos agora, de não avançarmos, de não fizermos alguma coisa. Dra. Carla, aquilo que se tem feito é um trabalho enorme, um esforço enorme, permanente, para que este investimento esteja contemplado no PNI, essa foi a nossa primeira batalha e só foi possível dada a maturidade do processo no troço entre Espinho e Oliveira de Azeméis. Foi esse trabalho que foi iniciado há alguns anos atrás que permitiu que a Tutela, nas várias reuniões que tivemos com o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado, inscrevesse esta verba no PNI 2030. Esse é o resultado do trabalho, do acompanhamento, da forma como nós demos atenção ao processo e nos dedicamos a este processo. É evidente que há um conhecimento profundo por parte dos Presidentes de Câmara, dos seis que estiveram presentes, em todas as fases deste processo. Portanto, são eles que têm melhores condições para defender e para lutar por este projeto, para esta região. A constituição de um grupo específico e dedicado, na nossa opinião, ou era um grupo altamente especializado que tivesse um conhecimento profundo do dossier, ou então não vai acrescentar nada a este processo. Portanto, foi exatamente o que eu lhe quis dizer, respeitando e o requerimento será respondido, porque tem toda a legitimidade para ser apresentado e será respeitada também uma posição divergente desta. Não foi isso que nós decidimos no seio da AMTSM. Dada a importância deste projeto, entenderam os Presidentes de Câmara chamar a si a sua condução e a sua liderança. É isso que tem acontecido e deixe-me que lhe diga – na minha opinião – com muito sucesso. O atraso na sua implementação não é um atraso de meses em 2021. É um atraso de décadas. O que estamos a falar, nós não somos alheios ao facto de estarmos a viver uma crise pandémica. Nós percebemos perfeitamente que projetos, conforme eu já disse, desta dimensão, tenham atrasos que são naturais, mas também não somos alheios ao facto de estarmos perante uma crise pandémica que tem concentrado as atenções do Governo. Aquilo que esperamos todos é que em primeiro lugar, uma conquista, inserção/inclusão desta obra no PNI 2030. Uma outra conquista: uma sensibilidade que se estende a todos os grupos parlamentares sobre a importância desta requalificação. Há aqui uma unanimidade em torno da importância deste investimento para esta região. Em terceiro lugar, uma...”*

**Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente, essa unanimidade sempre houve, não é de hoje.”

**Senhor Presidente:** “Pronto, mas podia ter deixado de haver. Percebe? Este projeto continua atual em termos da sua importância para esta região. Nós andamos a discutir a Linha do Vale do Vouga, eu lembro-me de alguns anúncios que tivemos há dez, quinze anos de que ela ia avançar e ser requalificada. Aquilo que eu espero é que não estejamos a falar apenas de intenções. Portanto, a sua inscrição no PNI é um compromisso do Governo com a sua execução. Nós somos um município que honra os seus compromissos e esperamos que o Governo honre com esta região o compromisso que assumiu conosco. Esse compromisso é o resultado de um trabalho intenso, feito nos últimos três anos. Aquilo que nós pretendemos, é que esse investimento avance para o terreno o mais rapidamente possível. Tive oportunidade de vos dizer que me preocupou, mas naturalmente eu não condiciono o Senhor Ministro, o Senhor Ministro tutela esta pasta, e portanto, tem todo o direito de planear

*estrategicamente aquilo que vai ser feito. Mas eu disse-vos que me preocupa o facto de incluirmos na equação o troço entre Aveiro e Oliveira de Azeméis, porque nós estamos em condições de avançar com este investimento entre Espinho e Oliveira de Azeméis, e naturalmente que nos preocupa esta situação de estarmos a falar na totalidade do troço e de estarmos a falar de uma parte do troço onde eventualmente não existirá o mesmo grau de maturidade, não existirá o mesmo trabalho que foi feito pelos municípios da AMTSM. Tanto é que se tem falado nos últimos anos no troço entre Espinho e Oliveira de Azeméis e não tem havido a mesma dinâmica e a mesma notoriedade, a mesma publicidade ao troço entre Oliveira de Azeméis e Aveiro. Esperemos que isto não seja prejudicado. O que é um facto, e eu já vos disse também, é que tem havido pró atividade por parte da IP, por parte do Ministério e a AMTSM tem sido confrontada com projetos que estamos a analisar, no sentido de concretizarmos todo o projeto de execução para que a obra possa ser lançada a concurso. Nós esperamos que isso aconteça o mais rapidamente possível. Em relação ao pedido feito pela Dra. Carla de lhe fazermos chegar o elenco, a relação das propostas que foram apresentadas para o PRR: Claro que sim, não tenho qualquer problema em fazer-lhe chegar as propostas que quisemos ver incluídas no PRR.”* =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Rui Lopes** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente só queria comentar uma coisa que o Vereador Hélder Simões disse aqui relativamente ainda ao Pavilhão Municipal. Eu queria recordar, e se a memória não me falha, que esta questão das infiltrações de água no Pavilhão Municipal terão seguramente dois ou três anos, não posso precisar, mas andaré por aí e o Hélder Simões corrija-me se não for assim. Eu recorro que na altura foi sugerido por nós, que se chamassem empresas especializadas porque elas existem e que fossem consideradas intervenções de fundo/raiz que pudessem à época resolver logo o problema. Na altura foram entendidas – parece-me – como um despesismo desnecessário e que nós internamente poderíamos e conseguiríamos resolver essa situação. A verdade é que passados estes dois ou três anos, a situação mantém-se. A resposta do pavilhão como sabe, até melhor do que eu, não tem sido a melhor quer em contexto escolar, quer em contexto desportivo em qualquer uma das modalidades. Portanto, o que fizemos foi adiar o problema, situação com a qual eu obviamente não me revejo. Peca por tardio. Mas concordo que devem ser consultadas essas empresas. Obrigado.”* **Senhor Presidente:** *“Senhor Vereador, antes de dar a palavra ao Senhor Vereador Hélder Simões que eu nem sei se quer intervir sobre este assunto, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: Este problema que existe no Pavilhão Municipal, não é um problema com dois ou três anos. É um problema desde a sua construção. O pavilhão tem problemas sérios de conceção e problemas sérios de construção e esses problemas é que levaram ao aparecimento da água seja pelo subsolo, seja a infiltração de água pelo telhado permanentes e desde o primeiro dia. Nós temos recipientes que aparam a água que cai do teto, faz parte da nossa memória coletiva, ao longo de muitos anos. É uma imagem que quem utiliza o pavilhão sabe que existe há muitos anos. Aquilo que nós dissemos, repare, não é uma questão de adiar, é de ser racional naquilo que se faz. Nós quisemos primeiro perceber se conseguíamos detetar o*

problema porque tínhamos suspeitas do que poderia estar a originar o levantamento sistemático do piso que ao longo destes anos tem recebido um conjunto de paliativos, nomeadamente, parafusos que o apertam ao chão para evitar que ele levante. Nós fizemos a execução desse dreno e estamos a avaliar a eficácia do dreno, no sentido de percebermos se esse dreno recebe o problema do piso. Nós nunca dissemos que era um desperísimo, que era disparatado, ou que não fazia sentido recorrermos às empresas especializadas que fosse necessário recorrer para resolvermos os problemas. É isso que estamos a fazer nos vários equipamentos. É isso que estamos a fazer no Business Center, onde andamos há anos a resolver problemas graves de construção porque chove lá dentro tanto como chove cá fora. Portanto, são empresas especializadas que tiveram... e estamos a falar de centenas de milhares de euros que vamos gastar na requalificação de um edifício que nunca foi utilizado sequer. O Pavilhão Municipal, nós identificando os problemas, as patologias, elas terão que ser resolvidas por empresas especializadas. O que é que estamos a fazer? Qual era o problema mais grave de todos? Seguramente o levantamento do piso. Estamos a procurar perceber se o dreno no topo norte do pavilhão permite resolver isso. Se resolver, está resolvido. Se não resolver, teremos que procurar que uma empresa especializada identifique a origem do problema. Não é fácil perceber por onde é que entra água através do subsolo. O que é fácil dizer é que a entrada de água no pavilhão pelo subsolo não é normal. Portanto, a drenagem em torno do pavilhão, não foi feita, ou foi mal feita e por isso é que estamos a ter este problema. Senhor Vereador, não sei se quer acrescentar alguma coisa.”

**Senhor Vereador Hélder Simões:** “Efetivamente esta quarta-feira já lá estive com uma empresa especializada em pavilhões e pisos desportivos. O diagnóstico que foi efetuado é que aquele piso tem um conjunto de fragilidades de construção e que não deveriam ter sido as soluções construtivas adotadas. Vamos ter várias propostas para que possamos tomar uma decisão que nos permita que o pavilhão tenha e continue a ter uma durabilidade para os próximos dez/quinze anos e que não seja uma situação de remedeio. Efetivamente aquilo que o Senhor Presidente disse, tem toda a razão de ser, ou seja, o piso do pavilhão ao fim de dois, três anos levantou todo. Já teve várias intervenções no passado. Esta questão de levantar em alguma parte do piso tem sido mais recorrente nos últimos anos. Efetivamente esse dreno que foi efetuado, já resolveu o problema, já conseguiu dissipar grande parte do problema. O piso neste momento está completamente plano e assente. Obviamente que além deste problema, existem outros. Portanto, nós estamos a procurar identificá-los todos e resolver a situação de forma conveniente e para futuro.”

**Senhor Presidente:** “Só dizer que a execução do dreno foi feita pelos serviços da Câmara e foram os serviços da Câmara que propuseram essa solução porque entenderam que a origem das infiltrações no subsolo se concentravam naquela zona e portanto, não precisamos de nenhuma empresa especializada porque os nossos serviços têm competência para propor soluções. Pelos vistos propuseram bem, agora o piso também não é adequado e terá que ser substituído. Estamos a falar de um investimento substancial, mas que necessariamente terá que ser feito.”

**Senhor Vereador Rui Lopes:** “Senhor Presidente: Eu acho que estamos aqui a misturar várias coisas. Eu não quero de forma alguma tirar a competência aos colaboradores da Câmara, até porque eu tenho a certeza

*absoluta que são do mais competente que há. Devem ser valorizados e elogiados e eu serei sempre o primeiro a fazê-lo. O que não me parece normal e volto a repetir para que não haja nenhum mal-entendido relativamente ao meu cometário, é que não me parece normal que estes problemas que o Senhor Presidente refere e ser conhecedor há tantos anos como diz que conhece, não terem sido imediatamente há três anos atrás, ou há mais tempo, resolvidos e enquanto Presidente da Câmara tem essa responsabilidade e competência. E poderia eventualmente, na minha opinião, à época, e foi exatamente isso que foi sugerido e que foi desvalorizado no meu ponto de vista, que uma empresa especializada pudesse, à época, ter apresentado uma solução e o Senhor Presidente quando entendesse que era oportuno, fazia esse investimento, essa requalificação. É exatamente só isto que eu quero dizer, parece-me tardio... é só isto Presidente.”* **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador: Estou completamente de acordo consigo em relação às respostas tardias. Sabe porquê? Porque temos vários problemas de infiltrações. Temos muitos problemas de infiltrações em escolas, infiltrações no mercado, temos infiltrações no Business Center, temos infiltrações na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, problemas nas acessibilidades que o Senhor recorrentemente, e bem, tem falado sobre o acesso às Piscinas Municipais. Temos efetivamente um conjunto vasto de problemas que precisam de ser resolvidos e, obviamente que aquilo que nós gostaríamos, era que eles fossem resolvidos todos imediatamente. Não é possível. Aquilo que se fez foi procurar, porque o problema do piso agravou-se nos últimos anos e nós procuramos identificar o que estava a originar o problema. Portanto, identificou-se, implementou-se uma solução, e conforme ouviu, a solução permitiu a resolução do problema. Existem outros problemas que subsistem aos quais vamos dar a devida atenção. É este o quadro. Será sempre possível nós dizermos que as coisas são resolvidas tardiamente e portanto, sobre esse ponto de vista estamos todos de acordo. Na minha opinião, o Cine Teatro Caracas está a ser resolvido tardiamente, o Fórum Municipal já devia existir na Câmara há muitos anos, o saneamento já devia existir no concelho há muitos anos, já devíamos ter o nosso parque escolar há muitos anos também requalificado, já devíamos ter um parque urbano no concelho há muitos anos, ou vários parques de lazer... Estamos inteiramente de acordo em relação a isso. Agora, o que eu lhe quero deixar como mensagem clara, é que existem condições para a prática desportiva no pavilhão e estamos atentos à resolução dos problemas no Pavilhão Municipal, como estamos atentos à resolução dos problemas na Piscina Municipal, onde temos feito investimentos enormes na eficiência energética do edifício e vamos estar também atentos, como estamos, à requalificação dos vários polidesportivos que estão abandonados por todo o concelho. É esse trabalho que tem que ser feito, mas tem que ser feito naturalmente de acordo com as disponibilidades que vamos tendo porque os recursos financeiros não são ilimitados – mas parecem ser e dar para tudo –. E estamos a fazê-lo dentro do quadro da nossa capacidade de atuação e intervenção. Portanto, naturalmente que estaremos atentos aos problemas do pavilhão, eles serão resolvidos, é isso que interessa. É o único Pavilhão Municipal que temos e, eventualmente, devamos acrescentar ao problema, a necessidade de termos mais equipamentos dessa natureza no concelho, para criarmos respostas mais transversais a todo o concelho. Essa é também uma preocupação nossa, mas partilhamos da

necessidade de resolver os problemas no Pavilhão Municipal porque é efetivamente o único equipamento que nós temos disponível.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Mais uma vez bom dia. No âmbito do Conselho Municipal de Educação, está a reunir conforme a legislação. Nós reunimos no final do ano letivo passado, verão de 2020 e a última reunião do CME foi no dia 17 de dezembro. Em todos os CME’s falamos dos transportes com essa pequena comissão, que mais de perto, muitas vezes reflete sobre estas questões. Portanto, nessas reuniões abordamos sempre os transportes e ouvimos o Prof. Mário Rui, o Prof. Figueiredo, a FAPCOA, a Laurinda – técnica da Câmara Municipal –, assim como o Dr. Nuno Tavares. E durante o verão, na preparação do ano letivo, foi desenvolvido um trabalho com os Agrupamentos e devido à pandemia e às incertezas que foram sempre acontecendo, houve uma dificuldade tanto da parte dos Agrupamentos, como da Câmara Municipal, em chegar rapidamente a um desenho conforme anos anteriores porque havia incerteza relativamente à forma de como o ano letivo iria arrancar... Isso foi acompanhado ao minuto pela Câmara Municipal. A FAPCOA sempre foi envolvida nesses assuntos, assim como os Diretores dos Agrupamentos. E em dezembro voltamos a falar nos transportes. Portanto, essa pequena comissão tem sido muito ouvida de forma informal, para além daquelas reuniões formais que acontecem de longe a longe. Portanto, tem havido essa parceria. Aliás, ainda muito recentemente o Chefe de Divisão da Educação reuniu com a FAPCOA para falar desse e de outros assuntos, e eu também reuni com a FAPCOA no mês passado. fizemos duas reuniões on-line para esclarecer esses assuntos. Não vou falar da ligação que temos com os Diretores de Agrupamentos porque isso é praticamente semanal.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Pois. Só para acrescentar que eu também reuni com a FAPCOA e efetivamente foi a FAPCOA que me falou da necessidade desta Comissão de Transportes voltar a reunir, que não tem reunido. Portanto, foi isso que eu quis transmitir.” **Senhor Presidente:** “Julgo que foram dados todos os esclarecimentos que nos permitem perceber que o processo de organização de transportes escolares é feito com toda a proximidade e responsabilidade e por isso é que tem corrido bem.” =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: - Modificação Orçamental n.º 07/2021; - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 26/02/2021 a 11/03/2021. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 84 (reunião ordinária de 04 de março de 2021), a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **PESSOAL** =====

**===== ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA AO PREENCHIMENTO DE 3 POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA/ATIVIDADE DE JARDINEIRO), 4 POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA/ATIVIDADE PEDREIROS/TROLHAS), 1 POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA/ATIVIDADE SOS CIDADE) E DE 1 POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA/ATIVIDADE SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO) – I/15624/2021 – AUTORIZAÇÃO:**

*Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; - As necessidades previsionais de pessoal para 2021, da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, nomeadamente, no Núcleo de Competências de Gestão de Serviços Urbanos Ambientais e da Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional, designadamente, no Núcleo de Equipas Operativas de Pedreiros e Trolhas, Equipa SOS Cidade e Gabinete de Sinalização e Trânsito, para acorrer a necessidades permanentes; - A necessidade de reforçar as equipas operativas das referidas Unidades Orgânicas para garantir a execução das atividades/projetos/planos de trabalho fixados; - A aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2021 em reunião de Câmara Municipal de 19.11.2020 e Sessão da Assembleia Municipal de 27.11.2020, o qual já contém de acordo com o fixado no art.º 29.º da LTFP a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, decorrendo desse documento de gestão o plano anual de recrutamentos para 2021, publicitado na página eletrónica deste município em cumprimento com o n.º6 do art.º 6.º da referida lei; - Que os encargos daqui decorrentes têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental já aprovados para “novos recrutamentos” em 2021 (I/118313/2020), na rubrica e dotação orçamental com os CFD’s 56/2021 e 322/2021; - Que não estão constituídas reservas de recrutamento para ocupação de idênticos postos de trabalho; - Que se encontram cumpridas as regras e requisitos que a lei faz depender o recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais; - Que é imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de serviço público legalmente estabelecidas, e ponderada a carência de recursos humanos nos setores de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia; - Que de acordo com a solução interpretativa uniforme da DGAL homologada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Local - Despacho n.º2556/2014, de 15.07: as Autarquias Locais estão dispensadas de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação (art.º 16º-A do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03.09), sendo entidades gestoras subsidiárias, enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento; - Que o Decreto-Lei n.º209/2009, de 03/09, na redação dada pela Lei n.º80/2013, de 28.11, estabelece nos artigos 4.º e 9.º, que o recrutamento necessário à ocupação*

*de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, aprovado nas condições determinadas no art.º 30.º do Anexo à Lei n.º35/2014, de 20.06, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º25/2017, de 30.05, é precedido de aprovação do respetivo órgão executivo, ou seja Câmara Municipal; n Não ser possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis para exercerem aquelas funções; - Que pelo art.º 30.º da LTFP “1 - O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo. 2 - O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal. 3 - O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. 4 - Em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho nos termos do número anterior, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal. (...)”.Face à urgência na contratação e tendo em conta os princípios constitucionais da economia, da eficácia e eficiência da gestão da administração pública, poderá proceder-se ao recrutamento de trabalhadores/as sem vínculo de emprego público, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por candidatos/as em situação de requalificação ou detentores/as de vínculo de emprego público constituído por tempo indeterminado, sem prejuízo de o recrutamento se iniciar sempre de entre os/as trabalhadores/as providos por tempo indeterminado. Nos termos do art.º 21.º da LOE/2019, ainda em vigor, não foi emitido despacho prévio favorável que permita a utilização do mecanismo de negociação. Proponho que: Ao abrigo das normas supra citadas e de acordo com o n.º1 do art.º 4.º, n.º1 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03/09, na sua atual redação, e nos limites constantes do mapa anual de recrutamento, a Câmara Municipal delibere e autorize a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos dos artigos 30.º e 33.º do anexo da Lei n.º35/2014 de 20 de junho, conjugado com a Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, na atual redação, o preenchimento dos seguintes postos de trabalho de Assistente Operacional: Ref. A) Três, na área/atividade de jardineiro, para exercício de funções no Núcleo de Competências de Gestão de Serviços Urbanos Ambientais; Ref. B) Quatro, na área/atividade de pedreiros/trolhas, para exercício de funções no Núcleo de Equipas Operativas de Pedreiros e Trolhas; Ref. C) Um, na área/atividade de SOS cidade, para exercício de funções na Equipa SOS Cidade; Ref. D) Um, na área/atividade de sinalização e trânsito, para exercício de funções no Gabinete de Sinalização e Trânsito. Com vista à prossecução das missões/atribuições/competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços – Estrutura Matricial e Flexível e para exercício das funções/competências/atividades caracterizadoras dos identificados postos de trabalho do Mapa de Pessoal e no anexo a que refere o n.º2 do art.º 88.º do Anexo LTFP. Atentos aos princípios de boa gestão pública (economia, eficácia e eficiência) que o recrutamento seja iniciado pelo*

universo de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, bem como delibere também que o recrutamento possa ser feito também de entre trabalhadores/as com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público; Propõe-se ainda que: 1. Sejam adotados os seguintes métodos de seleção obrigatórios, legalmente fixados: a) Prova de conhecimentos (PC) e Avaliação psicológica (AP), aplicáveis aos candidatos e candidatas que não detenham relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado; detentores/as de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, titulares de carreira/categoria diferente da colocada a concurso, ou estando integrados na mesma carreira/categoria não se encontrem a exercer a atividade/funções caracterizadoras dos postos de trabalho abertos no procedimento; e os titulares de carreira/categoria, em situação de requalificação, não tenham exercido as atividades/funções dos postos de trabalho abertos no procedimento. b) Avaliação curricular (AC) e Entrevista de avaliação de competências (EAC) aplicáveis aos candidatos e candidatas detentores/as de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que, sejam titulares da carreira/categoria para os postos de trabalho para o qual foi aberto o procedimento e se encontrem a cumprir ou a executar as atividades/funções que caracterizam o respetivo posto de trabalho; 2. Para os postos de trabalho em causa possam ser admitidos/as candidatos/as que não possuam a habilitação literária exigida (escolaridade obrigatória), desde que possuam formação e/ou experiência profissional necessárias e suficientes para a substituição daquela habilitação e devidamente comprovadas; 3. A composição do júri seja a seguinte: Ref. A) Presidente – Mário Jorge Almeida Sousa, técnico superior; vogais efetivos: Emídio António Pinto Taveira, Assistente Operacional e Ana Lúcia Tavares Matos Gomes, técnica superior. Vogais suplentes: Carla Donzília Lima Godinho, técnica superior e Ivete Mafalda Mortágua, Assistente Técnica; Ref. B) Presidente – Fernando Anjos Cunha, técnico superior; vogais efetivos: Carlos Almeida Carvalho, assistente operacional e Salomé Alexandra Melo Neto, assistente técnica. Vogais suplentes: José António Silva Santos, assistente operacional e Anabela Conceição Ferreira, técnica superior; Ref. C) Presidente – Mário Silva Nunes, encarregado operacional; vogais efetivos: José António Silva Santos e António Moreira Monteiro, assistentes operacionais. Vogais suplentes: Carlos Almeida Carvalho, assistente operacional e Salomé Alexandra Melo Neto, assistente técnica; Ref. D) Presidente – Mário Silva Nunes, encarregado operacional; vogais efetivos: Natividade Maria Marques Rodrigues Santos, técnica superior e Salomé Alexandra Melo Neto, assistente técnica. Vogais suplentes: António Moreira Monteiro, assistente operacional e Maria Alexandrina Santos Xara, assistente técnica; Sendo que os primeiros vogais suplentes substituirão o presidente nas suas faltas e impedimentos.” Pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**, foi feita a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, só dizer que como é habitual nestes pontos, obviamente que a Câmara Municipal é que tem a gestão do pessoal e saberá melhor do que ninguém quais as necessidades. Nós abtemo-nos.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com as abstenções dos/a Senhores/a Vereadores/a do PSD. =====

**===== ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE 25 POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (NA ÁREA/ATIVIDADE DE APOIO SÓCIO EDUCATIVO) – I/15619/2021 – AUTORIZAÇÃO:**

*Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; - As necessidades previsionais de pessoal para 2021, da Divisão Municipal de Educação, para ocorrer a necessidades permanentes, designadamente do Gabinete de Apoio Socio Educativo, bem como a necessidade de reforçar o referido gabinete com trabalhadores/as para garantir a execução das atividades/projetos/planos de trabalho fixados; - A aprovação do mapa de pessoal em reunião de Câmara Municipal de 19.11.2020 e Sessão da Assembleia Municipal de 27.11.2020, o qual já contém de acordo com o fixado no art.º 29.º da LTFP a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, decorrendo desse documento de gestão o plano anual de recrutamento para 2021, publicitado na página eletrónica deste município em cumprimento com o n.º6 do art.º 6.º da referida lei; - Que os encargos daqui decorrentes têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental já aprovados para “novos recrutamentos” em 2021 (I/118313/2020), na rubrica e dotação orçamental com os CFD’s 56/2021 e 322/2021; - Que não está constituída reserva de recrutamento para ocupação de postos de trabalho por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para o exercício destas funções; - Que se encontram cumpridas as regras e requisitos que a lei faz depender o recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais; - Que é imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de serviço público legalmente estabelecidas, e ponderada a carência de recursos humanos nos setores de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia; - O recrutamento revela-se urgente e imperioso para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público especificamente atribuído ao serviço municipal de educação; - Nos termos dos n.os 3 e 4 do art.º 30.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30/04, na atual redação sempre que, em resultado de procedimento concursal comum a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha o n.º de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar é constituída uma reserva de recrutamento interna que poderá ser utilizada sempre que, no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de idênticos postos de trabalho; - Que de acordo com a solução interpretativa uniforme da DGAL homologada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Local - Despacho n.º2556/2014, de 15.07: as Autarquias Locais estão dispensadas de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação (art.º 16º-A do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03.09), sendo entidades gestoras subsidiárias, enquanto as EGRA não estiverem*

*em funcionamento; - Que o Decreto-Lei n.º209/2009, de 03/09, na redação dada pela Lei n.º80/2013, de 28.11, estabelece nos artigos 4º e 9º, que o recrutamento necessário à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, aprovado nas condições determinadas no art.º 30.º do Anexo à Lei n.º35/2014, de 20.06, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º25/2017, de 30.05, é precedido de aprovação do respetivo órgão executivo, ou seja Câmara Municipal; - Não ser possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis para exercerem aquelas funções; - Que pelo art.º 30.º da LTFP “1 - O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo. 2 - O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal. 3 - O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. 4 - Em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho nos termos do número anterior, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal. (...)”.- Não foi emitido despacho prévio favorável que permita a utilização do mecanismo de negociação. Face à necessidade da contratação e tendo em conta os princípios constitucionais da economia, da eficácia e eficiência da gestão da administração pública, poderá proceder-se ao recrutamento de trabalhadores/as sem vínculo de emprego público, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por candidatos/as em situação de requalificação ou detentores/as de vínculo de emprego público constituído por tempo indeterminado, sem prejuízo de o recrutamento se iniciar sempre de entre os/as trabalhadores/as providos por tempo indeterminado. Proponho que: Ao abrigo das normas supra citadas e de acordo com o n.º1 do art.º 4.º, n.º1 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03/09, na sua atual redação, e nos limites constantes do mapa anual de recrutamento, a Câmara Municipal delibere e autorize a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos dos artigos 30.º e 33.º do anexo da Lei n.º35/2014 de 20 de junho, conjugado com a Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, na atual redação, o preenchimento de 25 postos de trabalho de Assistente Operacional (na área/atividade de Apoio Sócio Educativo), para exercício de funções no Gabinete de Apoio Socio Educativo da Divisão Municipal de Educação. Com vista à prossecução das missões/atribuições/competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços – Estrutura Matricial e Flexível e para exercício das funções/competências/atividades caracterizadoras dos identificados postos de trabalho do Mapa de Pessoal e no anexo a que refere o n.º2 do art.º 88.º do Anexo LTFP. Atentos aos princípios de boa gestão pública (economia, eficácia e eficiência) que o recrutamento seja iniciado pelo universo de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, bem como delibere também que o recrutamento possa ser feito também de entre trabalhadores/as com*

vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público; Propõe-se ainda que: 1. Sejam adotados os seguintes métodos de seleção obrigatórios, legalmente fixados: 1. Prova de conhecimentos (PC) e Avaliação psicológica (AP), aplicáveis aos candidatos e candidatas que não detenham relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado; detentores/as de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, titulares de carreira/categoria diferente da colocada a concurso, ou estando integrados na mesma carreira/categoria não se encontrem a exercer a atividade/funções caracterizadoras dos postos de trabalho abertos no procedimento; e os titulares de carreira/categoria, em situação de requalificação, não tenham exercido as atividades/funções dos postos de trabalho abertos no procedimento. 2. Avaliação curricular (AC) e Entrevista de avaliação de competências (EAC) aplicáveis aos candidatos e candidatas detentores/as de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que, sejam titulares da carreira/categoria para os postos de trabalho para o qual foi aberto o procedimento e se encontrem a cumprir ou a executar as atividades/funções que caracterizam o respetivo posto de trabalho; 2. Para os postos de trabalho em causa a habilitação literária será a escolaridade obrigatória, a aferir de acordo com a idade, não sendo permitida a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional; 3. A composição do júri seja a seguinte: Presidente - Nuno Miguel Silva Tavares, Chefe de Divisão Municipal; vogais efetivos: Sérgio Henrique Oliveira Bastos, Técnico Superior e Irina Maria Gomes Almeida, Técnica Superior. Vogais suplentes: Maria Rosário Nunes Pinho, Técnica Superior e Ana Lúcia Tavares de Matos Gomes, Técnica Superior. O primeiro vogal suplente substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.” Pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**, foi feita a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, a nossa posição também será a mesma, obviamente a abstenção, se bem que em relação a este aspeto eu gostaria de perguntar se há uma previsão de quando é que estes assistentes operacionais estarão disponíveis. Sabemos a carência de assistentes operacionais. Sabemos que estes vinte e cinco, é bom, mas ainda é um número escasso para as necessidades. Sabemos agora por exemplo, que a Escola Soares Basto vai ter necessidade de mais assistentes operacionais, para o acompanhamento das crianças ao pavilhão e aí permanecerem com as mesmas durante a prática desportiva. Qual é a previsão para este processo de recrutamento estar concluído? Virá a tempo do próximo ano letivo? Dizer só que este número ainda é escasso, mas obviamente já é um contributo. Mas a nossa posição é a mesma, por uma questão de coerência.” Para dar resposta à intervenção anterior, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “A nossa perspetiva, a nossa expectativa, é que venha a tempo do próximo ano letivo. Sabe que depois existem um conjunto de testes psicotécnicos que são feitos pela nossa bolsa de psicólogos, que tem tido alguma dificuldade no atual quadro pandémico. Mas aquilo que esperamos é que em primeiro lugar apareçam recursos humanos, pessoas interessadas e depois que os processos se desenvolvam o mais rapidamente possível, para que tenhamos estes 25 recursos disponíveis no arranque do próximo ano letivo.” **Senhora Vereadora Inês Lamego**: “Posso só acrescentar uma coisa?” **Senhor Presidente**: “Sim.” **Senhora Vereadora Inês Lamego**: “A minha intervenção era para dizer parte daquilo que o Presidente disse. Efetivamente é essa a nossa expectativa, sendo

que estamos muito condicionados por aquilo que forem o número de candidaturas que apareçam. Quantas mais, isso será bom, permitir-nos-á escolher pessoas, as melhores das melhores, mas naturalmente quantas mais forem, mais tempo demorará o processo concursal. De qualquer forma isso permitir-nos-á colocar não só mais 25 pessoas, mas a reserva de recrutamento que daí deriva e que dura 18 meses, permite respondermos de forma célere a aposentações que ocorram, ou saídas por rescisão de contrato eventualmente e que neste momento não temos forma de suprir atendendo à tipologia de contrato.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com as abstenções dos/a Senhores/a Vereadores/a do PSD. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES** =====

===== **CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM: - BIKE CLUBE DE PORTUGAL; - UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE TEAMONDE; - GRUPO DESPORTIVO DE FAJÕES; - FUTEBOL CLUBE PINHEIRENSE; - ESCOLA LIVRE DE AZEMÉIS; - UDO – UNIÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE; - JUVENTUDE DESPORTIVA CARREGOSENSE - (I/15604/2021) E - FUTEBOL CLUBE MACIEIRENSE (I/15651/2021) - APROVAÇÃO DE MINUTAS:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foram apresentadas as seguintes propostas: **I/15604/2021:** “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12.09) e posteriores alterações; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços; - Da conjugação do artigo 46º da Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16.01), com os artigos 1º e 3º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01.10 alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 41/2019, de 26.03, e as normas/diretrizes e procedimento para atribuição de apoios ao Desporto, resulta a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para a atribuição de comparticipação financeira, limitando-se o âmbito desta, a “plano” ou “proposta”, que não constitua encargo ordinário; - Os projetos de construção ou melhoramento, enquadram-se nos programas de desenvolvimento desportivo de acordo como o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01.10., na redação atual; - As Informações Internas n.º. I/12281; I/12255; I/12270; I/12274; I/12322; I/12332; I/12323 de 2021, do Gabinete de Desporto; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008 de 29.01. na redação atual, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação da trabalhadora Elizária Bastos, como Gestora dos referidos Contratos (art.º 290.ºA do CCP). Proponho: - A aprovação das minutas de contratos-programa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com: Bike Clube de Portugal; União Desportiva e Recreativa de Teamonde; Grupo Desportivo de Fajões; Futebol Clube Pinheirense;

*Escola Livre de Azeméis; UDO – União Desportiva Oliveirense; Juventude Desportiva Carregosense ao abrigo da alínea o) e u), n.º1, do art.º 33º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual, conjugadas com as disposições citadas; Os encargos resultantes dos referidos contratos-programa estão suportados em termos orçamentais, com os compromissos de fundo disponível n.º 578, 579, 581, 583, 584, 585 e 586 de 2021, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas atualizações.”*

**I/15651/2021:** *“Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12.09) e posteriores alterações; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços; - Da conjugação do artigo 46º da Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16.01), com os artigos 1º e 3º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01.10 alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 41/2019, de 26.03, e as normas/diretrizes e procedimento para atribuição de apoios ao Desporto, resulta a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para a atribuição de participação financeira, limitando-se o âmbito desta, a “plano” ou “proposta”, que não constitua encargo ordinário; - Os projetos de construção ou melhoramento, enquadram-se nos programas de desenvolvimento desportivo de acordo como o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01.10., na redação atual; - A Informação Interna n.º I/12314 de 2021, do Gabinete de Desporto; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008 de 29.01. na redação atual, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação da trabalhadora Elizária Bastos, como Gestora do referido Contrato (art.º 290.ºA do CCP). Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com o Futebol Clube Macieirense, ao abrigo da alínea o) e u), n.º1, do art.º 33º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual, conjugadas com as disposições citadas; Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com os compromissos de fundo disponível n.º 627 e 628 de 2021, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas atualizações.”*

*Pelo Senhor Vereador Rui Lopes, foi feita a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, queria obviamente elogiar e manifestar a nossa satisfação na beneficiação de todos estes equipamentos desportivos do concelho e com toda a mais-valia que isso irá representar para a resposta que todas estas coletividades dão à comunidade. Portanto, manifestar o nosso agradecimento e satisfação.”*

*Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi dito: “Deixar aqui só uma nota. Este é mais um ano de apoios que estamos a atribuir aos clubes desportivos. Tem sido feito um trabalho em parceria muito grande com todas estas coletividades. Têm sido parceiras e o município tem participado, mas grande parte delas também tem que fazer um esforço significativo na modernização das suas instalações, na sua requalificação. Neste momento até na aquisição de viaturas para transporte de atletas, conferindo mais segurança a todos os que usufruem das*

instalações e da prática desportiva. Obviamente que o facto de muitos deles estarem confinados, ou sem prática desportiva há praticamente um ano levou a que muitos clubes, as suas direções, se dedicassem a uma aposta cada vez maior na requalificação dos espaços desportivos e eu queria destacar aqui com a aprovação do Grupo Desportivo de Fajões e o relvado sintético do Polidesportivo de Fajões que é um ciclo que se encerra de requalificação de todos os campos pelados que existiam. Portanto, será o último a ver a 'luz do dia' a ser transformado em relvado sintético que é muito importante para a prática desportiva de todos aqueles atletas daquela coletividade. E também queria destacar aqui ao Rui Lopes que à Escola Livre de Azeméis, nós vamos apoiar a substituição do piso nas suas instalações, ou seja, o município de Oliveira de Azeméis tem apoiado estas substituições de piso para a prática desportiva e não é por uma questão de verba que ainda não fizemos a intervenção no Pavilhão Municipal. Se necessitarmos e entendermos também olharemos para o Pavilhão Municipal com a devida acutilância e necessidade.” **Senhor Vereador Rui Lopes:** “Hélder, sempre que a Câmara Municipal faz qualquer investimento no parque desportivo do concelho, aquilo que tem merecido do Rui Lopes é o elogio e o agradecimento. Bem-haja à Câmara. Deixe-me só acrescentar, Senhor Presidente, que eu não vou votar o contrato programa com a UDO, uma vez que pertença aos Órgãos Sociais da coletividade. Relativamente a qualquer outro contrato programa voto favoravelmente.” **Senhor Presidente:** “Muito bem. A Escola Livre de Oliveira de Azeméis que recebe 5 000,00€ para balneários e 20 000,00€ para a substituição do piso.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, sendo que no que concerne à União Desportiva e Oliveirense, não participou na votação o Senhor Vereador Rui Lopes por se considerar impedido. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PELA SF MOLDES, SA (I/15684/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Para efeitos do previsto na alínea j), nº1 do artigo 33º da Lei Nº75/2013 de 12 de setembro, proponho que seja aceite a seguinte doação efetuada pela empresa, SF MOLDES S.A. à EB1 Fonte Joana - Oliveira de Azeméis e EB1 de Madaíl. EB1 Fonte Joana 4 - conjuntos PC+Monitor no valor de 100euros/unidade Valor total - 400 euros Videoprojetor Mitsubishi DLP EX240 Nº Serie S0006191 no valor de 30 euros Videoprojetor Benk no valor de 30 euros Tela de Projeção Manuel NS no valor de 50 euros EB Madail 1- PC 1-Monitor Valor total do conjunto 100 euros.” Pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** foi feita a seguinte intervenção: “Só agradecer à Schneider-Form por se ter lembrado das nossas escolas.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS APRESENTADO POR SANTA CASA DAS MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/14218/2021) – APROVAÇÃO:** *Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Á Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas. - Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis - PI n.º5967/2020 A requerente solicitou um pedido de informação prévia para a alteração e ampliação de um equipamento. Deferida a pretensão foram calculadas as taxas resultando um valor de 118,86 euros. A requerente veio solicitar isenção ao abrigo do art.º 6.º do RMUE. Para cumprimento do art.º 7.º juntou os elementos necessários (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas). Estabelece o art.º 6.º, n.º2 que a câmara pode dispensar do pagamento das taxas as entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais recreativas ou outros que na área de Município, prossigam fins de relevante interesse público. A requerente é uma IPSS que desenvolve uma atividade de grande interesse público na área ao domicílio, centro de dia. Termo em que o pedido apresentado pela requerente deve ser decidido na próxima reunião de câmara.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar o pedido de isenção do pagamento de taxas a que se refere a proposta apresentada.* =====

===== **PEDIDOS DE LICENCIAMENTO (RENOVAÇÃO) DE PUBLICIDADE APRESENTADOS POR: - ALARGÂMBITO PUBLICIDADE EXTERIOR, UNIPessoal LDA.; - RECLACAMBRA PUBLICIDADE E SERVIÇOS, LDA.; - PERFORMANCE – INFORMÁTICA, LDA.; - RED LITORAL PUBLICIDADE EXTERIOR, LDA.; - SINALEX SINALÉTICA EXTERIOR UNIPessoal, LDA.; - MOP – MULTIMÉDIA OUTDOORS PORTUGAL PUBLICIDADE, SA; - EMFAMA COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.; - MSOAZ, LDA. E - AUTO MARTINAUTO, SA (I/15122/2021) – APROVAÇÃO:** *Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que, apesar de constar no Regulamento de Publicidade do Município de Oliveira de Azeméis, no seu artigo 8º, a possibilidade de delegar no Presidente e subdelegar no Vereador, a competência para a decisão final sobre o pedido de licenciamento da publicidade que é da Câmara Municipal, tendo sido constatada a inexistência de lei habilitante que suporte tal possibilidade, E mais considerando que, nos termos do n.º 2 do art.º 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, sob a epígrafe “Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda”, compete à Câmara Municipal deliberar quanto ao pedido de licenciamento da publicidade, bem como ao pedido de renovação da licença, Proponho que seja deliberado o deferimento dos pedidos de renovação das licenças correspondentes a cada um dos processos abaixo identificados, na sequência dos pareceres técnicos favoráveis emitidos às pretensões, conforme documentos relacionados (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas). Requerentes: - Alargâmbito Publicidade Exterior, Unipessoal Lda. PI/2186/2017 - PI/6801/2019 o valor a liquidar é de 916,11€ por cada um dos processos, num total de 1833,22€ - Reclacambra - Publicidade e Serviços Lda. PI/2183/2012 - o valor a liquidar é de 840,46€ PI/3179/2017 - o valor a liquidar é*

de 849,92€ PI/7548/2015 - PI/7558/2015 - PI/7556/2015 - PI/7552/2015 - PI/7551/2015 o valor a liquidar é de 916,11€ por cada um dos processos, num total de 4580,55€. PI/3075/2010 - PI/3114/2010 o valor a liquidar é de 136,41€ por cada um dos processos, num total de 272,82€ PI/5265/2017 - o valor a liquidar é de 83,76€ PI/2663/2018 - PI/2669/2014 - PI/2670/2014 o valor a liquidar é de 94,17€ por cada um dos processos, num total de 282,51€ PI/6984/2018 - o valor a liquidar é de 90,54€ - Performance - Informática Lda. PI/6741/2014 o valor a liquidar é de 128,66€ - Red Litoral Publicidade exterior Lda. PI/534/2016 - PI/541/2016 - o valor a liquidar para cada um dos processo é de 916,11€, num total de 1832,22€ - Sinalex Sinalética Exterior Unipessoal Lda. PI/6196/2011 - PI/6193/2011 - PI/4870/2010 o valor a liquidar para cada um dos processo é de 150,76€, num total de 452,28€ - Mop - Multimédia Outdoors Portugal Publicidade S.A PI/70/2016 - PI/73/2016 - PI/77/2016 - PI/81/2016 - PI/84/2016 - PI/92/2016 - PI/93/2016 - PI/95/2016 - PI/98/2016 o valor a liquidar para cada um dos processo é de 900,98€, num total de 8108,82€ - Emfama Comércio de Automóveis Lda. PI/857/2012 o valor a liquidar é de 444,46€ - MSOAZ Lda. PI/5660/2016 o valor a liquidar é de 214,63€ - Auto Martinauto S.A PI/489/2010 o valor a liquidar é de 68,28€.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, sendo que no que concerne à Performance - Informática Lda., não participou na votação o Senhor Presidente da Câmara por se considerar impedido. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE FAJÕES – BLOCO C” – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4 DE TRABALHOS CONTRATUAIS – PROCº Nº 30/2017/DEC (I/15393/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões. Foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento I/14674/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº4 – TC4, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 58 133,00 euros, ao qual acresce o IVA, da Empreitada “Reabilitação da EBS de Fajões - Bloco C” - Processo N.º 030/2017/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº824/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR DO R17 E PROLONGAMENTO DA REDE DO R24 (S. MARTINHO DA GÂNDARA, MADAIL, PARTE DE UL E TRAVANCA)” – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS E CONTA FINAL (I/9826/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/12874/2021 e respetivos anexos, proponho a aprovação do Auto de Revisão de Preços (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), no valor de 49.805,99 €, ao qual acresce o IVA, e conta final da

empreitada “Rede de Abastecimento de Água a partir do R17 e Prolongamento da Rede do R24 (São Martinho da Gândara, Madaíl, parte de Ul e Travanca)” - Processo nº 29/2017/DEC.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO CARACAS”- PROCº Nº 17/2019/DEC – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES (I/15108/2021)**

**– APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a informação com a referência I/14774/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 376.º a 378.º do Código dos Contratos Públicos, proponho a aprovação da modificação objetiva do contrato da Empreitada: “Reabilitação do Cine-Teatro Caracas” - Processo nº 017/2019/DEC, referente a trabalhos de suprimento de erros e omissões: - Resultantes do diferencial de quantidades de Micro-Estacas, necessários e não quantificados/previstos na empreitada, que orçam em € 36.742,16 + Iva; - Resultantes de incorreta quantificação no mapa de quantidades de trabalhos da empreitada, relativo a Demolições de Coberturas Existentes em Fibrocimento, estando contabilizados apenas 193,35m2 em vez da quantidade necessária de 1.125,65m2, pelo que o remanescente é de 932,30m2 que orça em € 18.646,00 + Iva. No entanto na fase de formação do contrato, não foi aceite pelo dono de obra, à semelhança da equipa projetista, o suprimento de erros e omissões relativo ao artigo (3.2- Demolições de Coberturas Existentes em Fibrocimento) da maior quantidade reclamada e detetada de 699,78 m2 pelo concorrente “Comporto – Sociedade de Construções, S.A.” e assim sendo será responsabilidade do empreiteiro, 50% das quantidades não reclamadas pelos concorrentes em sede de formação de contrato, pelo que resulta assim a quantidade de 212,935m2 que orça em € 4.258,70 + Iva; Sendo o valor de 14387,30€ responsabilidade do dono da obra. - Resultantes do diferencial de quantidades de Estruturas e Fundações, necessários e não quantificados/previstos na empreitada, que orçam em € 1.256,36 + Iva. - Referente a erros e omissões resultante da alteração do revestimento da parede PA.05, do tardo das platibandas, previsto em placas “Pladur”, por placas de cimento “GRC”, incluindo perfis metálicos de aço leve Madre C 140x1,5mm, não previstos, para a fixação das placas de revestimento, em paredes PA.05 e PA.10, que orçam em € 19.448,32 + Iva (0,39% do valor da adjudicação); Perfazendo o valor total de € 71.834,14, acrescido do IVA.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO CARACAS”- PROCº Nº 17/2019/DEC – AUTO DE MEDICÃO Nº 10 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/15392/2021)**

**– APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento I/13851/2021 (documento que fica arquivado

em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº10 – TC10, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 256 219,94 euros, ao qual acresce o IVA, da empreitada “Reabilitação do Cine-Teatro Caracas” - Processo nº 017/2019/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1673/2019.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA EBS DR. FERREIRA DA SILVA, CUCUJÃES – FASE 1” – AUTOS DE MEDIÇÃO NºS 14 E 15 DE TRABALHOS CONTRATUAIS – PROCº Nº 028/2017/DEC - (I/15152/2021) E (I/15154/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foram apresentadas as seguintes propostas: **I/15152/2021:** “Tendo em conta o documento com a referência I/14961/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 014, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 88 464,07 € acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães – Fase 1”. Processo nº 028/2017/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 865/2018.” **I/15154/2021:** “Tendo em conta o documento com a referência I/14975/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 015, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 71 439,65 € acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães – Fase 1”. Processo nº 028/2017/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 865/2018.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar as propostas apresentadas, em conformidade com as informações técnicas prestadas pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS”- PROCESSO N.º 026/2020/DEC - LOTE 1 - CONSTRUÇÕES CARLOS PINHO LDA. - AUTO Nº 2 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/15511/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões. Foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/15510/2021 e respetivos anexos (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 2, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 377.535,27 €, ao qual acresce o IVA, da empreitada “Repavimentação de Vias no Município de Oliveira de Azeméis” - Processo N.º 026/2020/DEC - Lote 1. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1595/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **OUTROS** =====

===== **PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL (CRO) – CANIL INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA (I/11577/2021) – APROVAÇÃO DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO:** *Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: -É uma preocupação comum e uma manifestação de cidadania a salvaguarda das condições de vida dos animais de estimação, nomeadamente no que concerne aos aspetos técnico-sanitários relativos à sua existência na nossa Sociedade; -A particular situação geográfica dos municípios de Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra e da rede estruturante de transportes que atravessam o seu espaço territorial, onde não tem sido possível coartar totalmente o atravessamento da via por animais, têm justificado uma estatística particularmente funesta de atropelamentos, com o consequente perigo para a circulação e ameaça para saúde pública, resultante dos cadáveres abandonados; -O encerramento das lixeiras municipais e a inexistência de uma estrutura de incineração adequada levavam os proprietários a inumar os seus animais de estimação, arriscando assim a contaminação dos solos e lençóis freáticos. Este somatório de motivos e as preocupações de apoio, assistência e salubridade face à situação preexistente justificaram e incentivaram a decisão de construir uma infraestrutura comum aos municípios de Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra, dotada das mais modernas soluções na área e capaz de, simultaneamente: a) responder ao problema; b) evoluir em caso de necessidade; c) poder beneficiar de verbas do financiamento do QCAIII, para o triénio 2003 a 2006; -A aposta estratégica na construção e funcionamento em matriz de rede de determinados equipamentos municipais, com evidentes economias de meios e de escala, justificam ainda a aposta num Canil Intermunicipal na área dos municípios de Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra, abreviadamente designado por CIAMTSM; Proponho: Nos termos, ao abrigo e pelos fundamentos expostos, a aprovação das Normas de Funcionamento e Atividade do Canil Intermunicipal da AMTSM (CIAMTSM), em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” Pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**, foi feita a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, só registamos que a resposta veio de uma Sociedade de Advogados e não da AMTSM como deveria, mas efetivamente o e-mail está em conhecimento e assumimos que isto corresponde integralmente ao que foi feito, obviamente. Portanto, estamos esclarecidos, eram essas as nossas dúvidas.” Para dar resposta à intervenção anterior, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “A Sociedade de Advogados é o prestador de serviços da AMTSM, o prestador de serviços a quem são colocadas questões de natureza jurídica e administrativa e portanto, coube-lhes a eles dar a resposta. Se viu no e-mail, foi enviado da sociedade de advogados para a AMTSM e a Associação de Municípios enviou depois...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**: “Não, veio direto do e-mail do advogado, eles estão em CC.” **Senhor Presidente**: “Não, estão ‘De’, ‘Para’. Se vir foi enviado para a Eng.ª Susana Silva e para o Eng.º Santos Costa que é o diretor executivo da*

AMTSM.” *Senhora Vereadora Carla Rodrigues*: “E para nós... Sim.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=== **REUNIÃO PÚBLICA MENSAL - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ===

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à munícipe Cátia Silva, em representação da Fábrica das Artes – Escola de Dança, que questionou o executivo relativamente a um ofício enviado pela entidade, onde plasmam a sua preocupação no que concerne ao ensino artístico especializado em Oliveira de Azeméis. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente respondeu dizendo: “Foi uma intervenção cirúrgica e portanto, esta objetividade também merece uma resposta objetiva. Ainda não tivemos a oportunidade de analisar, julgo que ele foi enviado muito recentemente – penso que ontem à noite – e ainda não tivemos a oportunidade de o apreciar. Mas pelo que percebi do que disse, tem a ver com o ensino articulado e portanto, com a importância desse ensino para o concelho. Estamos a falar no domínio da dança para esclarecer quem nos está a ouvir. Vamos analisar esse ofício com toda a atenção e depois responderemos.” =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11 horas e 18 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu,  
, na qualidade de secretária a redigi. =====